



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. PREÂMBULO

1.1.1. O Município de Ouro Preto do Oeste, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.380.507/0001-79, com sede na Avenida Daniel Comboni, 1156 – Jardim Tropical, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Juan Alex Testoni, torna pública a instauração da licitação sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **03/2026**, cujo critério de julgamento será por **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o regime de execução indireta de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, tendo por finalidade a **Construção de Unidade Básica de Saúde, no Bairro Park Amazonas**, conforme Projeto Básico, especificações técnicas, memória de cálculo, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram este procedimento licitatório.

INFORMAÇÕES GERAIS

REQUISITANTE: **Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.**

OBJETO: **CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS PORTE II, NO BAIRRO PARK AMAZONAS, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO.** (CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS ELABORADOS PELO DEPTO. DE ENGENHARIA).

FONTE DE RECURSOS: **1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Proposta nº 13705.8380001/25-008**

VALOR GLOBAL R\$: **2.556.000,00** (dois milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil reais).

REGIME DE EXECUÇÃO: **Empreitada por preço global.**

JULGAMENTO DA PROPOSTA: **Menor preço global**

BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL: **Sim**

DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

07/04/2026

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

09 H

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: **Rondnele Souza da Silva** – Decreto nº 19.709/2026.

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei nº 14.133/2021.

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e/ou www.ouopretodooeste.ro.gov.br, na aba de anexos da licitação.

1.1.4. A sessão inaugural desta concorrência eletrônica dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

horário dispostos nas [INFORMAÇÕES GERAIS](#).

1.1.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação.

1.1.6. Os horários mencionados neste edital referem-se ao horário oficial de Brasília/DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1.2.1. Esta licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo nº 0884/2026** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e atas dele provenientes.

1.3. CONDIÇÕES SUSPENSIVAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

1.3.1. A execução do contrato decorrente desta Concorrência está vinculada à Proposta nº 13705.8380001/25-008, firmada entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e o Município de Ouro Preto do Oeste/RO.

§1º - Nos termos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28/2024 e do respectivo instrumento de repasse, a execução da obra deverá observar todas as exigências técnicas, administrativas e legais nele previstas.

§2º - As condições suspensivas exigidas para a execução do empreendimento, incluindo a dispensa de licenciamento ambiental (Certidão nº 08/2026) e a aprovação do projeto, encontram-se atendidas pelo Município perante os órgãos competentes.

§3º - Eventuais exigências supervenientes por parte de órgãos ambientais, urbanísticos ou da concedente poderão ensejar a suspensão temporária ou a adequação da execução contratual, hipótese em que serão adotadas as medidas necessárias para assegurar a continuidade da execução e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. DO OBJETO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

2.1.1. Construção de Unidade Básica de Saúde – UBS, conforme Projeto Básico (Anexo I do Edital) e demais anexos, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$
01	01	Serviço	CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE UBS PORTE II, NO BAIRRO PARK AMAZONAS, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO, (CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS ELABORADOS PELO DEPTO. DE ENGENHARIA).	2.556.000,00
INTERVALO MIN. DE LANCES R\$				300,00

2.2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://licitanet.com.br/> e as especificações constantes no Projeto Básico, prevalecerão as últimas.

2.2.2. O prazo, local, condições de execução e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no Anexo I deste edital, o qual foi devidamente aprovado pelo Ordenador de Despesas.

2.2.2.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até 5 dias úteis, após o recebimento pela empresa da Ordem de Serviço.

2.2.2.2. O prazo para conclusão da obra está estimado em **300 (trezentos) dias** conforme Cronograma Físico-Financeiro, contado a partir do recebimento da ordem de serviços pela contratada.

2.3. DA GARANTIA DA OBRA

2.3.1. Com relação ao disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, entende-se que, no prazo de 05 (cinco) anos nele referido, é de garantia e não de prescrição. Sendo assim, fica definido o prazo de 05 (cinco) anos como garantia da obra.

2.3.2. O prazo prescricional para intentar ação civil é de 10 (dez) anos, conforme art. 205 do Código Civil Brasileiro.

2.4. DA GARANTIA CONTRATUAL

2.4.1. Conforme estabelecido no item **4.3 do P.B.** – Anexo I deste edital.

2.4.2. Será exigida a garantia de contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, e terá seu valor atualizado nas mesmas condições, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

2.5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)

2.5.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados à Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste:

Órgão: Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste.

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU

Programação: 10.301.0031.3005.0000

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 / **Ficha:** 505

Fonte de Recursos: 1.601 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Exerc.Corrente)

2.6. DO PAGAMENTO

2.6.1. Conforme estabelecido no item 7, do PB – Anexo I deste edital, **“O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 16.975/2023, art. 48, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao citado Decreto Municipal.”**

2.7. ÍNDICE DE REAJUSTE

2.7.1. Conforme estabelecido na cláusula sétima da Minuta do Contrato.

2.7.2. O reajuste ocorrerá após 12 meses da data base do orçamento estimado, mediante aplicação do índice INCC ou outro definido na minuta contratual;

2.7.3. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI – 01/2026.

3. DA PARTICIPAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL

3.1. Para participar deste certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

participante o cadastro prévio no sistema eletrônico.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou solicitadas por meio dos seguintes endereços eletrônicos contato@licitanet.com.br ou forneecedor@licitanet.com.br.

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica; e

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do certame, devidamente qualificadas, que comprovarem eficazmente os requisitos deste edital.

3.5. A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a ME, EPP ou equiparada, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto nº 8.538/2015.

3.5.1. Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5.2. Em observância ao disposto no art. 48 da referida Lei Complementar e ao Decreto Municipal nº 18.573/2025, **fica estabelecida prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas no Município de Ouro Preto do Oeste ou na região definida no referido decreto, (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO), até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, quando configurada a hipótese prevista na legislação.**

3.6. Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

porte, ou seja, quando excederem o limite de faturamento anual estipulado no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no exercício fiscal anterior, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo, conforme disposição do art. 13, § 1º, do Decreto nº 8.538/2015.

3.7. A microempresa e a empresa de pequeno porte ou equiparada que atender ao item 3.4, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a equiparada da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.9. O prazo de que trata o item 3.7 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.10. A não regularização da documentação, nos prazos fixados nos itens 3.7 e 3.9, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.11. Não poderão participar da presente licitação:

3.11.1. aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

3.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

1976, concorrendo entre si;

3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;

3.11.9.1. A vedação à participação de empresas em regime de consórcio fundamenta-se na análise das características do objeto da presente contratação, considerando-se tratar de obra de engenharia de complexidade técnica moderada e com escopo claramente definido, cuja execução é plenamente viável por empresas atuantes individualmente no mercado de construção civil.

3.11.9.2. O valor estimado da contratação e a natureza padronizada dos serviços envolvidos não demandam a conjugação de capacidades técnicas ou operacionais de múltiplas empresas para a adequada execução do objeto.

3.11.9.3. Ademais, o mercado regional e nacional apresenta número significativo de empresas de engenharia com capacidade técnica e operacional compatível para execução de obras de porte semelhante, o que afasta a necessidade de formação de consórcio para ampliação da competitividade.

3.11.9.4. Assim, a vedação à participação em consórcio busca preservar a eficiência da gestão contratual, simplificar os mecanismos de fiscalização e responsabilização contratual e evitar complexidade administrativa desnecessária, sem comprometer a competitividade do certame, observando-se os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.12. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

3.11.13. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, **funcionários ou**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

servidores do município de Ouro Preto do Oeste, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 10.1.1 e 10.4.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menores de 18 anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, nem menores de 16 anos, exceto aqueles a partir de 14 anos sob a condição de aprendizes, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.6. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.7. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

4.3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.3.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. valor total do item por empreitada por valor global;

5.3. E enviará proposta formal assinada, via sistema, contendo: planilha detalhada com valor dos preços unitários e valor global da proposta, em algarismo arábico, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando a Planilha Orçamentária e demais documentos que compõem o orçamento estimado, anexos deste Edital.

5.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do PB;

5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o PB, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.11.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Não será exigida Garantia de Proposta, nos termos do art. 58 (caput), da Lei 14.133/2021.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO

6.1.1. A abertura da presente licitação, conduzida pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.1.3. O Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no TR / Projeto Básico, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.1.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.1.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.1.7. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação/Comissão de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.8. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

6.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação/Comissão e os licitantes.

6.2.4. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS)**;

6.3.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.3.5. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.3.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.3.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.9. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.3.9.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

intermediários.

6.3.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o agente de contratação/comissão, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3.11. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.3.12. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Comissão poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.12.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

6.3.12.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CONTRATANTE;

6.3.13. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Comissão no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.14. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da concorrência será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://licitanet.com.br/>.

6.3.15. O agente de contratação quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

6.4.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

6.4.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

exigências deste edital, ser adjudicatária;

- b)** não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c)** o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.5.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.5.5.2. empresas brasileiras;

6.5.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.5.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6. Nos casos em que o sistema Licitanet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2. O agente de contratação/comissão iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a **PROPOSTA adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, bem como os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** descritos no item 10.

8.1.1. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.1.2. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Agente de Contratação, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Comissão suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I –PROJETO BÁSICO. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a comissão, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

8.8.1. Nos casos em que o Agente de Contratação constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Agente de Contratação procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

8.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Agente de Contratação/Comissão que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

9.1.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

9.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.1.5.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os requisitos deste edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.5. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

9.5.1. conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

9.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado

9.7.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Quando uma proposta inicialmente enquadrar-se sob a presunção de inexequibilidade, conforme estipulado nos itens 9.6 e 9.7, o proponente deverá apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação oficial via sistema, uma comprovação detalhada da exequibilidade da oferta.

9.10. A documentação exigida para comprovação de exequibilidade pode abranger, mas não se limitar à apresentação de:

9.10.1. Comprovação de Fontes de Suprimentos: Documentos que demonstrem a disponibilidade e os preços dos materiais essenciais para a realização do projeto, preferencialmente com propostas ou orçamentos de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

fornecedores.

9.11. Esta documentação deve ser suficiente para demonstrar de forma clara e objetiva que o proponente possui a capacidade de realizar o contrato nas condições propostas, garantindo qualidade e cumprimento dos prazos estipulados.

9.12. A falha no cumprimento desta exigência ou a insuficiência da documentação apresentada que comprove a viabilidade da proposta resultará na desclassificação automática do proponente.

9.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.14.1. Na execução do contrato decorrente desta licitação deverão ser observados os parâmetros do orçamento estimado pela Administração, elaborado com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, admitindo-se eventuais variações apenas quando devidamente justificadas e comprovadas tecnicamente.

9.14.2. Caso sejam identificados indícios de sobrepreço ou superfaturamento na execução contratual, a Administração poderá determinar a revisão dos valores, instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e adotar as medidas necessárias para resguardar o interesse público.

9.14.3. Caso sejam identificados indícios de sobrepreço ou superfaturamento na execução contratual, a Administração poderá determinar a revisão dos valores, instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e adotar as medidas necessárias para resguardar o interesse público.

9.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

das propostas;

9.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.16.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.17. É vedado à proponente incluir na Planilha Orçamentária:

9.17.1. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

9.17.2. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

9.17.3. Rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

9.17.4. Rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

9.17.5. Rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

9.18. Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no PB, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

10.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.4. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Agente de Contratação.

10.4.1.1. É facultado ao(a) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, por igual ou maior período, mediante solicitação fundamentada do licitante ou por iniciativa da própria Administração, desde que devidamente justificada nos autos, observando-se os princípios da razoabilidade e da competitividade.

10.4.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

10.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.5.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.6.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

embaixadas.

10.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021 *O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.*

10.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.11.1. O licitante que optar por **realizar vistoria prévia** terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail gerenciaconveniosopo@gmail.com, conforme estabelecido no subitem 4.4. do Projeto Básico.

10.11.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

10.12. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.12.1. No caso de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.12.2. No caso de Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.12.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12.4. No caso de Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.12.5. No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12.6. No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.12.8. Documentos de identificação contendo **RG e CPF** do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

10.12.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

10.12.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.13. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.

10.13.2. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.13.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

10.13.4. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

10.13.5. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.13.6. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.13.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.13.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.13.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.14. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

10.14.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a.1 Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

a.2 Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

a.3 A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um), calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

LG (Liquidez Geral)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

$$LG = (\text{Ativo Circ.} + \text{Realizável em Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$$

SG (Solvência Geral)

$$SG = (\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$$

LC (Liquidez Corrente)

$$LC = (\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$$

- I- A licitante que obtiver qualquer **índice inferior a 1 (um) será inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.
- II- A análise da qualificação econômico-financeira será realizada pelo contador do município, com base nos índices obtidos a partir das demonstrações contábeis do último exercício social apresentado, por refletirem de forma mais atual a situação econômico-financeira da empresa.
- III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.
- b.2. Capital mínimo** (licitantes constituídas a menos de um ano) e **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

IV- Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:

A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de demonstrações contábeis e índices financeiros, fundamenta-se no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos destinados a demonstrar que o licitante possui condições de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

A exigência ora adotada limita-se ao estritamente necessário para resguardar o interesse público, não se prestando a restringir indevidamente a competitividade, mas a assegurar a regularidade e a segurança da execução contratual, em consonância com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

c) Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

c.1) Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

c.2) Empresas não enquadradas no **Simples Nacional**, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

- d)** As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.
- e)** Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.
- f)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- g)** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

10.15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.15.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.15.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.15.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, ou outro equivalente, conforme o caso, observando as normas vigentes estabelecidas pelo respectivo conselho, em plena validade.

10.15.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.15.3. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes:

10.15.3.1. Engenheiro Civil, de nível superior, ou profissional que tenha atribuições na área de atuação, devidamente reconhecido pela entidade competente.

10.15.3.1.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.15.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.15.4.1. Entende-se por pertinente e compatível em quantidades e prazos, os acervos técnicos ou atestados que comprovem a execução de, no mínimo, **30% do quantitativo dos itens de maior relevância** da planilha orçamentária, baseado nos quantitativos totais. Assim, solicita-se as seguintes características mínimas:

Item	Descrição	Quant. Total	Média 30 %	Unid
01	Concretagem de vigas e lajes FCK= 30MPA	130,29	39,08	m³
02	Execução de laje	415,88	124,76	m²
03	Alvenaria de vedação	1.009,97	302,99	m²
04	Parede em Drywall	256,68	77,60	m²
05	Estrutura metálica	1.345,00	403,50	kg

10.15.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.15.4.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.15.4.2.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.15.5. No caso de permissão de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.15.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971; 8.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.15.5.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.15.5.3. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.15.5.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.15.5.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

10.15.5.5.1. ata de fundação;

10.15.5.5.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.15.5.5.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.15.5.5.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.15.5.5.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

10.15.5.5.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.15.5.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.15.6. A empresa deverá apresentar **declaração** de que, caso vencedora do certame, cumprirá fielmente as disposições concernentes a NR 18, Norma Regulamentadora, que estabelece diretrizes de ordem administrativa e planejamento organizacional, que respaldam a implantação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no ambiente de trabalho, na indústria da construção, bem como as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pertinente aos serviços de que se trata esta despesa (art. 45 da Lei 14.133/21).

10.15.7. A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, em conformidade com a Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Decreto n.º 7746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

10.15.8. As empresas deverão apresentar junto à sua documentação de habilitação, uma **declaração** de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, incluindo projetos e demais documentos, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento.

10.15.8.1. A falta da declaração acima citada, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas às condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame, bem como alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças integrantes deste edital.

10.15.9. DA VISITA TÉCNICA

10.15.9.1. A empresa a ser CONTRATADA para execução dos serviços deverá apresentar Declaração de Visita Técnica, de acordo com modelo constante em anexo a este edital. Nesta ocasião, as empresas, por intermédio de seus representantes, deverão tomar conhecimento das condições atuais do local, bem como das





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

especificações das obras e serviços, ocasião em que deverão ser dirimidas as eventuais dúvidas.

10.15.10. A realização da Visita Técnica ao local onde a obra será executada deverá ser agendada conforme os procedimentos detalhados no Projeto Básico. Salienta-se que eventuais dúvidas técnicas relacionadas à obra ou aos seus projetos devem ser formalmente apresentadas dentro do prazo determinado no edital.

10.15.11. Após a visita, o técnico designado assinará a Declaração de Visita Técnica conforme modelo anexo ao Edital, que deverá ser apresentado e preenchido pela empresa.

10.15.12. A empresa a ser CONTRATADA poderá optar em não realizar a Visita Técnica. Neste caso, deverá apresentar Declaração de Não Vistoria, conforme modelo constante em anexo ao Edital.

10.16. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, no momento da convocação da proposta.

10.16.1. Os documentos de habilitação submetidos ao sistema serão considerados válidos para todos os itens nos quais a empresa estiver participando.

10.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º), salvo em sede de diligência, para:

10.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.17.3. O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.

10.17.4. A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.

10.17.5. Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

10.18. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.4.1.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

10.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata, sua intenção de recorrer.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

11.10. A falta de manifestação imediata da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela autoridade competente ao vencedor.

11.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. O licitante terá garantido o direito de acesso aos documentos essenciais para a defesa de seus interesses.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.1.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.1.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.1.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados no prazo de 3 (três) dias úteis.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante ou o contratado que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, em especial quando:

13.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;

13.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.5.4. deixar de apresentar amostra; ou

13.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório.

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

13.3. Advertência;

13.3.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, nos termos do art. 156, §2º e inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4. Multa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 13.1.1 a 13.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

13.4.1. Multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 13.1.1, incidente sobre o valor total do Contrato;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

13.4.2. Multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7, incidente sobre o valor total do Contrato;

13.4.3. Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, incidente sobre o valor total do Contrato;

13.4.4. Multa de 0,5% a 15% incidente sobre o valor total do Contrato, caso não comprovado, no prazo estabelecido pela fiscalização, o cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do Contrato, na forma do art. 50 da Lei nº 14.133/2021, em especial quanto ao:

13.4.4.1. Registro de ponto;

13.4.4.2. Recibo de pagamento de salários, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

13.4.4.3. Comprovante de depósito do FGTS;

13.4.4.4. Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

13.4.4.5. Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato; e

13.4.4.6. Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

13.4.5. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 13.4 será o valor anual estimado da contratação.

13.4.6. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

13.4.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 13.17.

13.4.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 13.1.2 a 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

nos casos relacionados nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

13.7.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

13.7.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 13.7.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

13.7.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

13.8. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10% do valor do Contrato.

13.8.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

13.10.1. as sanções previstas nos itens 13.3., 13.4. e 13.5. serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

13.10.2. a aplicação da sanção prevista no item 13.6., na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

13.10.2.1. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Direta, do Secretário Municipal;

13.10.2.2. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

13.11. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, no Decreto nº 16.980/2023.

13.11.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

13.11.2. A defesa prévia do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO será exercida no prazo de:

13.11.2.1. 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 13.3. e 13.4., contado da data da intimação;

13.11.2.2. 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 13.5. e 13.6., contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.11.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.12. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

13.12.1. a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

13.12.2. a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.13. Aplica-se o disposto no subitem 13.12.1 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.15.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.15.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.15.2.1. Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do Decreto nº 16.980/2023.

13.15.3. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

13.15.4. O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.16. O **CONTRATANTE** deverá remeter para SEMAD o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

13.16.1. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

13.17. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO e da garantia prestada, deverá ser emitida nota





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

13.17.1. A nota de débito deverá ser encaminhada ao Setor da Dívida Ativa para inscrição do débito em dívida ativa e, posteriormente para Procuradoria Jurídica para propositura de execução fiscal.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através do sistema <https://licitanet.com.br/> e em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o interessado obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, através de campo próprio do sistema Licitanet (<https://licitanet.com.br/>), no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.7. Caso um licitante não receba resposta à impugnação protocolada até a data estipulada para a sessão inaugural, o agente de contratação deverá suspender o processo licitatório antes da data e horário agendados. Essa suspensão visa à elaboração da resposta necessária à impugnação. Consequentemente, será definida uma nova data para a realização do certame licitatório.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

15.4. Ao Agente de Contratação/Comissão ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

15.5. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO.

15.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

15.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública da Concorrência Eletrônica.

15.11. Os licitantes e futuros contratados deverão observar os princípios da integridade, da ética e da boa-fé na condução de todas as etapas do procedimento licitatório e da execução contratual, comprometendo-se a não praticar atos que configurem fraude, conluio, corrupção ou qualquer conduta que viole a legislação vigente.

15.12. A constatação de práticas fraudulentas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal dos envolvidos.

15.13. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

15.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

15.15. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

15.16. Dos atos praticados, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

15.17. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

15.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Projeto Básico ou Termo de Referência, a Minuta de Contrato e por último os demais anexos.

15.19. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no [Portal da Transparência da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste](#) na aba referente às licitações.

15.20. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

15.21. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo e-mail: dcl@ouropretodoeste.ro.gov.br ou na sede Prefeitura de Ouro Preto do Oeste/RO, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 13h30min, no endereço: Av. Daniel Comboni, 1156 – Bairro Jardim Tropical, Praça da Liberdade.

15.22. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

16. ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

16.1.1. ANEXO I: PROJETO BÁSICO e seus anexos:

16.1.2. ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1.3. ANEXO III: DECLARAÇÕES (MODELO UNIFICADO);

16.1.4. ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA;

16.1.5. ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR VISITA TÉCNICA;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO


EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

16.1.6. ANEXO VI: MINUTA DE CONTRATO

OBS: Planilhas orçamentárias, projetos, memoriais descritivos etc e outros documentos técnicos, elaborados pelo Depto. de Engenharia, serão disponibilizados junto com o Edital, no portal de licitações (Licitanet) e no Portal da Transparência do Município.

Ouro Preto do Oeste-RO, março de 2026.

Francielli Luisa da Silva Malaquias 
Assessora Especial SEMSAU

Juan Alex Testoni 
Prefeito





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

1. Objeto da Contratação

1.1. A presente contratação tem por objeto a **construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS**, com área total construída de 500,17 m², localizada na Rua Evanildes Rodrigues - Lote 522, Setor 11, Quadra 32 - Ouro Preto do Oeste - RO, coordenadas aproximadas: **-10.71785 / -62.24672**

ITEM	UND	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO
Único	Serv.	01	CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS PORTE II NO BAIRRO PARK AMAZONAS, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO , conforme Proposta nº 13705.8380001/25-008 , cadastrada no Sistema de Monitoramento de Obras, vinculada ao Programa Atenção Básica – Componente Requalifica UBS.



1.1.1. O objeto caracteriza-se como obra, nos termos do art. 6º, XII, da Lei nº 14.133/2021, por envolver intervenção no meio ambiente e inovação do espaço físico do bem imóvel. Considerando suas características de execução padronizável, com métodos usuais no mercado e baixa heterogeneidade técnica, trata-se de **obra de engenharia de natureza comum**, apta a julgamento por menor preço.

1.1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.1.3. O critério de julgamento será o de menor preço global.

1.1.4. O prazo de vigência inicial do contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados da data de sua assinatura, observado que o início da execução ocorrerá a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

1.1.5. Considerando tratar-se de contrato por escopo predefinido (obra), aplica-se o art. 111 da Lei nº 14.133/2021, de modo que, caso o objeto não seja concluído dentro do prazo inicialmente fixado, a vigência será automaticamente prorrogada pelo tempo necessário à conclusão, sem prejuízo das sanções cabíveis se o atraso decorrer de culpa da contratada.

1.1.6. A execução do contrato decorrente desta Concorrência Pública está vinculada a **Proposta nº 13705.8380001/25-008, cadastrada no Sistema de Monitoramento de Obras, vinculada ao Programa Atenção Básica – Componente Requalifica UBS**, firmado entre a União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE** e o Município de Ouro Preto do Oeste/RO, portanto, sua execução está condicionada às exigências previstas nele.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Planejamento institucional

2.1.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA 2026**, sob a **Demanda nº 131/2026**, conforme registro constante no Processo Administrativo nº **0884/SEMSAU/2026**, identificado sob o ID nº 1511083, demonstrando alinhamento com o planejamento estratégico da Administração Municipal.

2.2. Fundamentação legal

2.2.1. A contratação fundamenta-se nas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere às contratações de obras e serviços de engenharia, observando-se os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa.

2.3. Vinculação ao instrumento de repasse

2.3.1. A execução do objeto está vinculada a **Proposta nº 13705.8380001/25-008, cadastrada no Sistema de Monitoramento de Obras**, formalizado no âmbito do sistema SISMOB, cujo objeto pactuado consiste na **CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS PORTE II NO BAIRRO PARK AMAZONAS**, sendo a presente contratação necessária para cumprimento das metas estabelecidas no respectivo Plano de Trabalho.

2.4. Adequação ao interesse público

2.4.1. A contratação decorre da necessidade de implantação de infraestrutura pública destinada à ampliação e ao fortalecimento da rede municipal de Atenção Primária à Saúde, mediante a construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS Porte II no Bairro Park Amazonas, no Município de Ouro Preto do Oeste/RO.

2.4.2. A implantação da unidade tem por objetivo ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde, melhorar a distribuição territorial da assistência e reduzir a sobrecarga das unidades já existentes no município, contribuindo para o fortalecimento das ações de promoção, prevenção e assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.4.3. A solução proposta está em conformidade com as necessidades identificadas no Estudo Técnico Preliminar que integra o **Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026**, demonstrando-se adequada ao interesse público ao promover melhoria na infraestrutura assistencial do município e garantir melhores condições de atendimento à população.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS Porte II no Bairro Park Amazonas, no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, conforme a **Proposta nº 13705.8380001/25-008**, cadastrada no Sistema de Monitoramento de Obras e vinculada ao Programa Atenção Básica – Componente Requalifica UBS, do Ministério da Saúde.

3.2. A execução da obra visa ampliar e fortalecer a infraestrutura da rede municipal de atenção básica, proporcionando melhores condições de atendimento à população e contribuindo para a melhoria dos serviços de saúde ofertados no município.

3.3. A solução adotada foi definida com base nas análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e sociais, bem como as diretrizes estabelecidas pelo programa federal de financiamento da obra.

3.4. Nesse contexto, a solução contempla todas as etapas necessárias ao ciclo de vida do objeto, compreendendo:

3.5. Planejamento da contratação

3.5.1. Nesta etapa foram realizados os estudos técnicos preliminares, levantamento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, definição das características da edificação, elaboração do projeto arquitetônico e dos projetos complementares, bem como a estimativa orçamentária da obra, utilizando como referência os sistemas oficiais de custos da construção civil.

3.6. Procedimento licitatório

3.6.1. A contratação da empresa responsável pela execução da obra será realizada por meio de concorrência eletrônica, modalidade prevista na legislação de licitações e contratos administrativos, garantindo ampla competitividade entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.6.2. O procedimento licitatório observará os princípios da legalidade, isonomia, transparência, eficiência e economicidade, conforme previsto na legislação aplicável.

3.7. Execução da obra

3.7.1. A fase de execução compreenderá a construção da Unidade Básica de Saúde de acordo com os projetos técnicos aprovados, memorial descritivo, especificações técnicas e planilha orçamentária.

3.7.2. A obra deverá observar os padrões técnicos exigidos para estabelecimentos de saúde, incluindo requisitos estruturais, sanitários, elétricos, hidráulicos e de acessibilidade, assegurando a funcionalidade e segurança da edificação.

3.7.3. Durante a execução contratual, a obra será acompanhada por fiscalização técnica designada pela Administração, responsável por verificar a conformidade dos serviços executados com os projetos e normas técnicas aplicáveis.

3.8. Recebimento da obra

3.8.1. Após a conclusão dos serviços, será realizado o recebimento provisório da obra, mediante vistoria técnica que verificará a conformidade da execução com os projetos e especificações contratuais.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

3.8.2. Posteriormente, após o prazo de observação previsto na legislação e eventual correção de pendências, será efetuado o recebimento definitivo da obra, formalizando a entrega da edificação à Administração Pública.

3.9. Operação e utilização da infraestrutura

3.9.1. Com a conclusão da obra, a Unidade Básica de Saúde será integrada à rede municipal de saúde, passando a atender a população da região do Bairro Park Amazonas e adjacências.

3.9.2. A edificação deverá apresentar condições adequadas de funcionamento, durabilidade e manutenção, garantindo a prestação contínua dos serviços de atenção básica à saúde.

3.9.3. A solução atende integralmente ao objeto pactuado no instrumento de repasse, à necessidade identificada no Estudo Técnico Preliminar e às diretrizes da política de saúde pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para a execução da construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte II no Bairro Park Amazonas, no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, conforme os projetos técnicos, memorial descritivo e demais documentos integrantes do processo administrativo.

4.2. Requisitos técnicos

4.2.1. A empresa contratada deverá executar a obra em conformidade com:

- ✓ o projeto arquitetônico e projetos complementares aprovados;
- ✓ o memorial descritivo da obra;
- ✓ as especificações técnicas dos materiais e serviços;
- ✓ a planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro;
- ✓ as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis à construção civil;
- ✓ as normas sanitárias e técnicas aplicáveis a estabelecimentos de saúde.

4.2.2. Os materiais e serviços empregados deverão apresentar qualidade compatível com os padrões exigidos para edificações públicas destinadas à prestação de serviços de saúde.

4.3. Requisitos de qualificação técnica

4.3.1. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de:

- registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme aplicável;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

- **comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados de execução de obras ou serviços de engenharia de natureza similar;**
- **comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de profissional habilitado responsável técnico pela execução da obra.**

4.3.2. Essas exigências visam assegurar que a empresa contratada possua experiência e estrutura técnica adequadas para a execução da obra.

4.4. Requisitos de execução da obra

4.4.1. A execução da obra deverá observar:

- **o prazo de execução estabelecido no edital e no contrato;**
- **o cumprimento do cronograma físico-financeiro;**
- **o atendimento às normas de segurança do trabalho;**
- **a adequada organização do canteiro de obras;**
- **a utilização de materiais e técnicas construtivas compatíveis com os projetos aprovados.**

4.4.2. Durante a execução contratual, a empresa contratada deverá manter no local da obra profissional responsável técnico devidamente habilitado.

4.5. Requisitos de sustentabilidade

4.5.1. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser adotadas práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, tais como:

- ✓ **utilização racional de materiais de construção;**
- ✓ **adequada destinação de resíduos da construção civil;**
- ✓ **adoção de soluções construtivas que favoreçam a eficiência energética da edificação;**
- ✓ **observância das normas ambientais aplicáveis.**

4.6. Requisitos de acessibilidade

4.6.1. A edificação deverá atender às normas de acessibilidade vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela ABNT NBR 9050, garantindo condições adequadas de acesso e utilização da unidade de saúde por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

4.7. Requisitos de segurança e qualidade

4.7.1. A obra deverá observar as normas técnicas aplicáveis à segurança estrutural e funcional da edificação,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

assegurando:

- ✓ **estabilidade estrutural da construção;**
- ✓ **condições adequadas de ventilação e iluminação;**
- ✓ **segurança das instalações elétricas e hidráulicas;**
- ✓ **durabilidade da edificação.**

4.8. Requisitos de fiscalização e acompanhamento

4.8.1. A execução da obra será acompanhada por fiscalização técnica designada pela Administração, responsável por verificar a conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro.

4.8.2. A contratada deverá permitir o livre acesso da fiscalização ao local da obra, fornecendo todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual.

4.9. Requisitos de garantia

4.9.1. Após a conclusão da obra, a contratada responderá pela solidez e segurança da construção, nos termos da legislação civil aplicável, bem como pelas correções necessárias decorrentes de defeitos construtivos eventualmente identificados.

4.10. Vistoria Técnica

4.10.1. É facultada aos licitantes a realização de vistoria prévia no local de execução da obra, com a finalidade de conhecimento das condições e peculiaridades do objeto, sendo assegurado ao interessado o direito de acompanhamento por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30.

4.10.2. Serão disponibilizados data e horário previamente agendados aos interessados. O agendamento deverá ser realizado por meio de envio de e-mail para gerenciaconveniosopo@gmail.com, com o assunto "Agendamento de Vistoria Prévia", contendo:

- a)** Nome da empresa interessada;
- b)** CNPJ;
- c)** Nome completo do(s) representante(s) que realizará(ão) a visita;
- d)** Número de documento de identificação oficial com foto;
- e)** Telefone para contato;
- f)** Data e horário sugeridos.

4.10.3. A vistoria poderá ser realizada por representante legal, responsável técnico ou profissional formalmente





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

indicado pela empresa, devidamente identificado no momento da visita.

4.10.4. A realização da vistoria não constitui condição obrigatória para habilitação, podendo o licitante optar por apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições do local.

4.10.5. A não realização da vistoria não poderá fundamentar alegações posteriores de desconhecimento das condições do local ou pleitos decorrentes de situações previsíveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. Dinâmica de execução: A execução da obra observará as seguintes diretrizes:

5.1.1.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até 5 dias úteis, após o recebimento pela empresa da Ordem de Serviço.

5.1.1.2. A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas constantes do processo.

5.1.1.3. Nenhuma modificação poderá ser realizada no projeto ou nas especificações técnicas sem autorização formal e prévia da Fiscalização do contrato, devidamente designada pela Administração.

5.1.2. Prazo de execução

5.1.2.1. O prazo para conclusão da obra será de **300 (trezentos) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.

5.1.2.2. A contratada deverá considerar, em seu planejamento, as condições climáticas e características locais previsíveis. Chuvas ordinárias e condições sazonais típicas da região não constituem justificativa automática para prorrogação de prazo. Eventos excepcionais e imprevisíveis, devidamente comprovados e registrados no Diário de Obras, poderão ensejar reprogramação do cronograma, mediante análise da Fiscalização.

5.1.3. Local de execução: A obra será executada na **Rua Evanildes Rodrigues - Lote 522, Setor 11, Quadra 32 - Ouro Preto do Oeste - RO**, coordenadas aproximadas: **-10.71785 / -62.24672**.

5.1.4. Metodologia de estimativa orçamentária

5.1.4.1. A estimativa orçamentária da obra foi elaborada pelo Departamento de Engenharia do Município, com base em sistemas oficiais de referência de custos da construção civil, especialmente o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, considerando como referência a tabela SINAPI – competência janeiro de 2026 (01/2026).

5.1.4.2. Na elaboração do orçamento foram observadas as composições de custos unitários, encargos sociais aplicáveis, coeficientes técnicos e demais parâmetros utilizados na formação de preços de obras públicas, em conformidade com as boas práticas de engenharia de custos e com a legislação aplicável às contratações públicas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

5.2. Garantia da obra

5.2.1. A contratada responderá pela solidez e segurança da obra, nos termos do art. 618 do Código Civil, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo.

5.2.2. A responsabilidade pela reparação de vícios aparentes ou ocultos observará a legislação civil aplicável e as disposições contratuais pertinentes.

5.3. Procedimentos em caso de transição contratual

5.3.1. Em caso de rescisão contratual ou substituição da contratada, esta deverá fornecer todas as informações técnicas necessárias à continuidade da execução da obra, incluindo registros técnicos, documentos produzidos, medições realizadas e eventuais projetos executivos complementares.

5.3.2. A contratada deverá designar responsável técnico habilitado para coordenação da execução da obra, respondendo tecnicamente pelos serviços executados.

5.4. Mão de obra

5.4.1. A contratada deverá manter quantitativo suficiente de profissionais qualificados para execução das atividades previstas no cronograma.

5.4.2. Os profissionais indicados como responsáveis técnicos deverão possuir habilitação legal e registro no conselho profissional competente.

5.4.3. A comprovação de vínculo do responsável técnico poderá ocorrer na forma da legislação aplicável, admitindo-se vínculo empregatício, societário ou contratação civil regular.

5.4.4. A substituição de profissional responsável técnico somente será admitida mediante aprovação da Fiscalização, devendo o substituto possuir qualificação equivalente ou superior.

5.4.5. Não será admitida a indicação do mesmo responsável técnico para mais de uma licitante, quando tal circunstância comprometer a independência das propostas ou a regularidade do certame.

5.4.6. A contratada deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas aplicáveis à construção civil (NR-18 e demais pertinentes), fornecendo todos os EPIs necessários e garantindo condições adequadas de segurança.

5.5. Equipamentos e materiais

5.5.1. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias à execução da obra, em condições adequadas de uso e segurança.

5.5.2. Somente profissionais habilitados poderão operar equipamentos específicos, devendo a contratada comprovar capacitação sempre que solicitado pela Fiscalização.

5.5.3. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas do projeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

5.5.4. A Fiscalização poderá exigir, quando necessário, a apresentação de amostras ou certificados de conformidade dos materiais considerados relevantes para verificação de adequação técnica.

5.6. Controle de segurança e organização do canteiro

5.6.1. A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa;

5.6.2. O controle de acesso e a sinalização deverão observar as normas técnicas e regulamentações de segurança aplicáveis.

5.7. Diário de Obras

5.7.1. A contratada deverá manter Diário de Obras atualizado, físico ou digital, disponível no local da execução.

5.7.2. O Diário de Obras deverá conter registro diário das atividades executadas, condições climáticas, quantitativo de mão de obra, equipamentos utilizados, ocorrências relevantes e determinações da Fiscalização.

5.7.3. Os registros deverão ser assinados pelo responsável técnico da contratada e pelo representante da Fiscalização, permitindo a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos durante a execução.

5.7.4. O Diário de Obras constituirá instrumento formal de comunicação entre contratada e Administração para registro de ocorrências técnicas, medições, notificações e demais eventos relevantes.

5.8 – Placa da Obra

5.8.1. A CONTRATADA deverá providenciar e instalar, no local de execução da obra, **placa de identificação da obra pública**, em local visível e de fácil acesso ao público, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

5.8.2. A placa deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- ✓ denominação da obra: **Construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte II;**
- ✓ identificação do ente contratante: **Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO – Secretaria Municipal de Saúde;**
- ✓ identificação do programa federal vinculado: **Programa Atenção Básica – Componente Requalifica UBS;**
- ✓ número da proposta cadastrada no **Sistema de Monitoramento de Obras – SISMOB;**
- ✓ valor total da obra;
- ✓ prazo de execução da obra;
- ✓ empresa contratada responsável pela execução;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

- ✓ responsável técnico pela obra e número da ART/RRT;
- ✓ identificação da fonte de recursos, incluindo **Governo Federal / Ministério da Saúde**, quando aplicável.

5.8.3. A placa deverá observar os padrões de comunicação visual eventualmente estabelecidos pelo órgão concedente dos recursos e permanecer instalada durante todo o período de execução da obra.

5.8.4. A retirada da placa somente poderá ocorrer após o recebimento definitivo da obra pela Administração.

5.9. Transparência e publicidade da obra

5.9.1. A execução da obra deverá observar os princípios da publicidade e da transparência, devendo a contratada colaborar com a disponibilização de informações necessárias à fiscalização pelos órgãos de controle e à divulgação institucional do empreendimento.

5.9.2. A Administração poderá divulgar em seu portal de transparência informações relativas ao andamento da obra, medições realizadas, valores pagos e prazos de execução.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Execução contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, os projetos, especificações técnicas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão formalmente determinada pela Administração, o cronograma de execução poderá ser prorrogado pelo período correspondente, mediante formalização por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração e nos termos da legislação aplicável.

6.1.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se meios eletrônicos oficiais para registro formal.

6.1.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que demandem solução imediata.

6.1.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre a contratada, o gestor do contrato, o fiscal técnico e, quando cabível, a Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras, para alinhamento das obrigações contratuais, critérios de medição, cronograma e demais aspectos operacionais.

6.2. Preposto

6.2.1. A contratada deverá designar formalmente preposto antes do início da execução da obra, indicando seus poderes e responsabilidades em relação à execução contratual.

6.2.2. O preposto deverá permanecer disponível durante todo o período de execução da obra, atuando como interlocutor direto junto à Administração.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

6.2.3. A Administração poderá, de forma fundamentada, recusar a indicação ou determinar a substituição do preposto.

6.3. Fiscalização

6.3.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. A fiscalização poderá contar com o apoio da Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras, formalmente instituída por ato administrativo.

6.3.3. O gestor do contrato, os fiscais designados e os membros da Comissão não poderão possuir vínculo com a empresa contratada que comprometa a imparcialidade da fiscalização.

6.4. Fiscal Técnico

6.4.1. O fiscal técnico acompanhará a execução da obra, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas.

6.4.2. O fiscal técnico registrará formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais inconformidades.

6.4.3. Constatada irregularidade, o fiscal notificará a contratada para correção no prazo estabelecido.

6.4.4. Situações que ultrapassem sua competência deverão ser comunicadas ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

6.4.5. Em caso de ocorrência que possa comprometer o prazo contratual, o fiscal comunicará imediatamente ao gestor do contrato.

6.5. Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras

6.5.1. A Comissão atuará em apoio à fiscalização técnica e ao gestor do contrato, especialmente nas etapas de acompanhamento geral da execução e nos procedimentos de recebimento provisório e definitivo da obra.

6.5.2. A Comissão poderá emitir parecer técnico conclusivo quanto à conformidade da execução com os projetos e especificações técnicas.

6.6. Gestor do Contrato

6.6.1. O gestor do contrato acompanhará a execução sob o aspecto administrativo, incluindo controle de prazos, empenhos, pagamentos, garantias e formalização de alterações contratuais.

6.6.2. O gestor verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual.

6.6.3. Em caso de descumprimento contratual, o gestor adotará as providências cabíveis, inclusive instauração de processo administrativo para aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.4. O gestor acompanhará os registros efetuados pelo fiscal técnico e adotará as medidas necessárias quando as





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ocorrências ultrapassarem a competência da fiscalização.

6.6.5. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório conclusivo sobre o cumprimento do objeto, com avaliação do desempenho da contratada.

6.6.6. O gestor encaminhará a documentação necessária para liquidação e pagamento, com base nas medições aprovadas pela fiscalização.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1.1. Do Recebimento

7.1.2. O CONTRATADO deverá apresentar à Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras, antes da primeira medição, o Cadastro Nacional de Obras (CNO) e a ART/RRT de execução, que deverão ser anexados ao processo.

7.1.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, de forma mensal, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a **CONTRATADA** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.1.4. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.1.5. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.1.6. Recebimento Provisório

7.1.6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, pelo fiscal técnico do contrato ou Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 19, I, a, do Decreto Municipal nº 16.975/2023).

7.1.6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.6.3. O fiscal técnico do contrato ou a Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras e o gestor do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.1.6.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.6.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

7.1.6.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados. (Art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

7.1.6.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.6.8. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.6.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.7. Recebimento Definitivo

7.1.7.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.1.7.2. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 21, Decreto Municipal nº 16.975/2023).

7.1.7.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.1.7.4. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.7.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.7.6. Enviar a documentação pertinente à secretaria demandante para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

7.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução do contrato e) o valor a pagar; f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e g) em caso de convênio, especificar o número do convênio e do contrato, sob pena de rejeição da nota fiscal para correção.

7.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta aos sistemas oficiais de regularidade fiscal e trabalhista, ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 16.975/2023, art. 48, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao citado Decreto Municipal.

7.3.2. Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para, no prazo de três dias corridos, sanear o documento. Após esse prazo, a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.3.3. Em caso de atraso imputável à Administração, os valores serão atualizados pelo IPCA, acrescidos de juros de mora nos termos da legislação civil aplicável.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Reajuste

7.5.1. Os preços contratados serão reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, aplicando-se o **Índice Nacional da Construção Civil – INCC**, ou outro índice setorial que venha a substituí-lo, conforme legislação aplicável.

7.5.2. O reajuste independe de prorrogação da vigência contratual e será aplicado sempre que completado o período anual legal, assegurando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos dos arts. 92, 104 e demais dispositivos pertinentes da Lei nº 14.133/2021.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17 § 2º, e 34, todos da lei 14.133/2021.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

8.3. Critérios de aceitabilidade de preços

8.3.1. O valor global estimado para a contratação constitui o limite máximo aceitável para fins de julgamento, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores ao orçamento estimado ou que se mostrarem manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

14.133/2021). A planilha apresentada deverá guardar compatibilidade com o cronograma físico-financeiro e com os quantitativos constantes do orçamento estimado da Administração.

8.3.3. A análise de exequibilidade observará especialmente o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser exigida a comprovação da viabilidade da proposta quando houver indícios de inexecução ou quando o valor global ofertado for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração.

8.4. Exigências de Habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4.2. No caso de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.3. No caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.4. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.5. No caso de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.4.6. No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.7. No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.4.8. No caso de Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.5.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.5.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes** Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.6.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

d) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a.1 Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

a.2 Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

a.3 A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

e) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a **1 (um)**, calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

LG (Liquidez Geral)
$LG = (\text{Ativo Circ.} + \text{Realizável em Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$
SG (Solvência Geral)
$SG = (\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$
LC (Liquidez Corrente)
$LC = (\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$

V- A licitante que obtiver qualquer **índice inferior a 1 (um) será inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

VI- A análise da qualificação econômico-financeira será realizada pelo contador do município, com base nos índices obtidos a partir das demonstrações contábeis do último exercício social apresentado, por refletirem de forma mais atual a situação econômico-financeira da empresa.

VII- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

b.2. Capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

VIII- Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:

A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de demonstrações contábeis e índices financeiros, fundamenta-se no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos destinados a demonstrar que o licitante possui condições de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

A exigência ora adotada limita-se ao estritamente necessário para resguardar o interesse público, não se prestando a restringir indevidamente a competitividade, mas a assegurar a regularidade e a segurança da execução contratual, em consonância com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

f) Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

c.1) Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

convocatório e à segurança jurídica.

c.2) Empresas não enquadradas no Simples Nacional, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

d) As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

e) Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

f) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

g) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.7.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.7.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA (Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme o caso, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia CREA/Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, da região da Sede da Empresa.

8.7.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.7.5. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes:

8.7.6. Engenheiro Civil, de nível superior, ou profissional que tenha atribuições na área de atuação, devidamente reconhecido pela entidade competente.

8.7.7. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.7.8. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7.9. Capacidade operacional (pessoa jurídica) atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa/consórcio licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado, devendo conter no mínimo (admitindo-se a soma de atestados). **Assim solicitamos as seguintes características mínimas, conforme determinado pelo Depto. de Engenharia, através do documento ID nº 1428981, anexo ao processo administrativo 0884/2026.**

Item	Descrição	Quant. Total	Média 30 %	Unid
01	Concretagem de vigas e lajes FCK= 30MPa	130,29	39,08	m³
02	Execução de laje	415,88	124,76	m²
03	Alvenaria de vedação	1.009,97	302,99	m²
04	Parede em Drywall	256,68	77,60	m²
05	Estrutura metálica	1.345,00	403,50	kg

8.7.8. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.7.9. Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da (s) certidão (ões) e/ou atestado (s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados e quantitativos.

8.7.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.7.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.7.12. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.7.13. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.7.14. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.15. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.7.16. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

8.7.17. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.7.18. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.7.19. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.8. Do Benefício às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte e Critérios de Desempate

8.8.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

8.8.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- b) não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

8.8.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

8.8.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.8.5. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.8.6. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

8.8.7. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.8.8. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.9.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.9.2. empresas brasileiras;

8.9.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.9.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.10. Nos casos de persistir o empate, a definição do vencedor será feita através de sorteio, realizado de forma automática, em sessão pública, pela plataforma Licitanet: (<https://licitanet.com.br>)

8.11. A licitante vencedora obriga-se a executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações e prazos estipulados, bem como a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de incorrer nas penalidades previstas na legislação pertinente.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9. O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.566.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais)**, conforme Planilha Orçamentária Sintética, Planilhas Analíticas e Cronograma Físico-Financeiro elaborados pelo Departamento de Engenharia, que integram o processo administrativo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU**.

10.1.1. A secretaria demandante atesta que a presente contratação se encontra compatível com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e da legislação municipal aplicável.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

Programação: 10.301.0031.3005.000

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

Fonte de Recursos: Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - 1.601 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Exerc.Corrente)

Ficha: 505

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 16.975/2023.

11. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto da contratação que atendam às condições estabelecidas neste Projeto Básico, no edital e na legislação aplicável.

11.2. Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que apresentem comprovação de que o plano de recuperação foi homologado judicialmente e que atendam às condições de habilitação exigidas no edital, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Tratamento Diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

11.3.1. Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, do art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e do **Decreto Municipal nº 18.573/2025**, **será assegurada prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios integrantes da região administrativa definida no referido Decreto, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos casos cabíveis.**

11.3.2. A aplicação do benefício observará os critérios objetivos estabelecidos no instrumento convocatório, desde que haja previsão de competitividade e vantajosidade para a Administração.

11.4. Não poderão participar da presente licitação os interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas nos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas demais vedações legais aplicáveis, especialmente:

11.4.1. aquele que não atenda às condições deste Projeto Básico e seu(s) anexo(s);

11.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

11.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

11.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

11.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

11.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

11.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

11.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

11.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. A obra é classificada como *obra comum de engenharia*, com solução técnica padronizada e singularidade operacional que dispensa a atuação conjunta de empresas. A formação de consórcios aumentaria o risco operacional, dificultaria a fiscalização, reduziria a eficiência e concentraria o mercado, contrariando o interesse público;

11.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

11.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.4.12. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação previstas no edital, devendo apresentar documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor público juramentado, na forma da legislação aplicável.

11.4.13. É vedada a participação de empresa que possua, como sócio, dirigente ou responsável técnico, agente público do órgão ou entidade contratante que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, bem como nas hipóteses de conflito de interesses previstas na legislação aplicável.

11.4.14. Vedação à participação em consórcio

11.4.15. Considerando as características do objeto da contratação, a Administração opta por vedar a participação de empresas em regime de consórcio.

11.4.16. A obra objeto desta contratação possui escopo definido, complexidade técnica moderada e valor estimado compatível com a capacidade operacional de empresas de engenharia que atuam individualmente no mercado.

11.4.17. A análise do mercado demonstra a existência de número significativo de empresas aptas a executar obras de natureza semelhante, não sendo necessária a conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras por meio de consórcio.

11.4.18. A vedação ao consórcio também visa simplificar a gestão contratual, a fiscalização da execução e a definição de responsabilidades, contribuindo para maior eficiência administrativa na condução do contrato.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

12. INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES

12.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.1.** Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;
- 12.1.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- 12.1.3.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;
- 12.1.4.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 12.1.5.** Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;
- 12.1.6.** Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;
- 12.1.7.** Respeitar os prazos previstos neste Projeto Básico;
- 12.1.8.** Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;
- 12.1.9.** Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;
- 12.1.10.** Manter projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ART's, alvarás e qualquer licença e/ou autorização, presente no canteiro de obras e que seja de fácil acesso para a fiscalização de obras e contratos;
- 12.1.11.** Responsabilizar-se por todo o custo despendido do fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, bem como as obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, até o recebimento definitivo do objeto;
- 12.1.12.** Responder pelo custo dos serviços, ora contratados, contemplando salários de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- 12.1.13.** Arcar com toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista e previdenciária decorrente de acidente de trabalho, sem prejuízo das responsabilidades que lhe sejam atribuíveis nos termos da legislação aplicável;
- 12.1.14.** Adotar critérios de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) durante todo o período de execução do objeto;
- 12.1.15.** Providenciar, junto ao CAU/CREA, todas as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART's/ RRT's) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção de medição; bem como a respectiva CNO;
- 12.1.16.** Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de Concessionárias de Serviços Públicos;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

12.1.17. Executar, de maneira precípua, os serviços apresentados no Projeto e Memorial Descritivo, de forma que a obra seja concluída de acordo com as especificações;

12.1.18. Manter profissional técnico devidamente habilitado no CREA/CAU e aprovado pela fiscalização, para responder sobre os aspectos inerentes ao objeto e assinar, em nome da empresa CONTRATADA, instruções técnicas e planilhas de medição;

12.1.19. Manter as áreas circundantes à obra totalmente limpas e seguras e observar todas as condições de segurança, higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), incluindo o uso de uniforme;

12.1.20. Retificar todo e qualquer trabalho que não obedeça aos elementos especificados no projeto e demais disposições contratuais, bem como reparos e correções, com desembolso pela CONTRATADA;

12.1.21. Manter técnico devidamente habilitado e capacitado, exclusivamente no local, horário e nos dias de prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento, bem como sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados à execução do objeto;

12.1.22. Fornecer projeto "As Built", com todas as modificações executadas relativas ao projeto executivo aprovado, para concretizar o Termo de Recebimento Definitivo da Obra;

12.1.23. Respeitar e cumprir todas as recomendações estabelecidas nas Licenças Ambientais emitidas pelos órgãos competentes;

12.1.24. Dada a ordem de serviço pela contratante, é obrigatório, por parte da CONTRATADA, a abertura do "Diário de obras", no modelo fornecido pela CONTRATANTE, mantendo-o devidamente atualizado durante a execução da obra e presente no canteiro de obras que seja de fácil acesso para a fiscalização;

12.1.25. As Normas Regulamentadoras – NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória por parte da empresa vencedora, bem como as demais leis e normas vigentes, em especial a NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e seus desdobramentos;

12.1.26. A Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, poderá determinar a paralisação da obra e instaurar procedimento administrativo para apuração de irregularidades, podendo, se for o caso, suspender medições vinculadas aos serviços em desconformidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A empresa vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;

12.1.27. Visando o início dos trabalhos deverão ser tomadas as seguintes providências:

12.1.28. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da emissão da Ordem de Serviço, Plano de Trabalho contendo: relatório analítico do projeto executivo completo; planejamento geral das atividades; metodologia construtiva; relação de precedências; cronograma físico-financeiro detalhado; e índice de documentos técnicos.

12.1.29. Também deverá conter o cronograma físico financeiro detalhado dos serviços.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

12.1.30. A Contratada deverá fornecer mensalmente os atestados de qualidade dos materiais e serviços aplicados na execução das obras em questão, atendendo ao recomendado nas Normas Brasileiras, além das normas ambientais vigentes e as exigências de contrato, inclusive executando ensaios referentes às obras e serviços, **a fim de comprovar ou confirmar tal qualidade, a critério da Fiscalização;**

12.1.31. A Contratada deverá efetuar permanentemente as obras e serviços de controle tecnológico dos materiais, componentes, processos e equipamentos, bem como da qualidade das obras e serviços executados, através de empresa especializada, a ser aprovada pela Fiscalização;

12.1.32. As obras ou serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste, sem implicar alterações do prazo contratual;

12.1.33. Os relatórios de controle tecnológico deverão ser apresentados até a entrega da medição seguinte, sob a pena sofrer as sanções previstas no contrato;

12.1.34. Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Contratante e a terceiros, durante a execução das obras e serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte;

12.1.35. Os ensaios e testes, previstos pelas Normas Brasileiras e/ou pelas especificações técnicas/memorial descritivo, se exigidos, deverão ser realizados por empresas especializadas e credenciadas/autorizadas pelo INMETRO, as quais deverão, previamente, ser aprovadas pela Fiscalização da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste. Os ensaios e testes e/ou sua repetição ficarão a cargo exclusivo da Contratada, estando os custos incluídos nos preços propostos para as respectivas obras e serviços, sendo que a não realização deles, quando necessários ou solicitados pela Fiscalização, propiciará, além da aplicação das multas, a suspensão da medição das obras e serviços correspondentes até a sua regularização.

12.1.36. Para a apreciação e aprovação da empresa indicada para a realização dos ensaios e testes, a Contratada deverá apresentar, no mínimo, os seguintes documentos:

- ✓ Credenciamento/autorização do INMETRO, em vigor;
- ✓ Comprovação, por meio de Atestados Técnicos, da realização dos ensaios e testes compatíveis com todos as obras e serviços objeto do contrato.

12.1.37. Observar, na execução da obra, das normas e critérios de sustentabilidade, o emprego apurado dos recursos públicos, conservação e gestão responsável de recursos naturais, uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta, remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos e observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

12.1.38. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código Civil, Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e outras normas vigentes, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 12.2.1.** Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;
- 12.2.2.** Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;
- 12.2.3.** Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município ou meio oficial de divulgação dos atos administrativos do Município de Ouro Preto do Oeste;
- 12.2.4.** Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato;
- 12.2.5.** Designar gestor e fiscais do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 16.975/2023;
- 12.2.6.** Disponibilizar à CONTRATADA todos os dados, projetos, especificações técnicas, licenças e instruções complementares, indispensáveis para a execução do objeto;
- 12.2.7.** Fiscalizar a execução dos serviços, por representante habilitado da CONTRATANTE, a fim de determinar a regularização de serviços previamente executados em desacordo com o Projeto e Memorial Descritivo aprovado, bem como submeter a autoridade competente, ações que ultrapassem a sua competência;
- 12.2.8.** Analisar, através da Equipe de Fiscalização designada, os Boletins de Medição Mensais emitidos pela CONTRATADA, baseados nas avaliações dos serviços executados, demonstrando quantidades de serviços executados no período, para posterior desembolso por parte da CONTRATANTE, contendo assinatura do responsável técnico da CONTRATADA e fiscal da obra designado pela CONTRATANTE;
- 12.2.9.** Fiscalizar o andamento da obra enfatizando os prazos de execução e marcos contratuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser readequado, conforme a necessidade do Município, no decorrer do contrato.
- 12.2.10.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas na legislação aplicável.
- 12.2.11.** Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.
- 12.2.12.** Efetuar o pagamento das faturas apresentadas, desde que atendidas as condições estabelecidas as condições previstas em cláusula contratual
- 12.2.13.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

13. SANÇÕES E PENALIDADES

- 13.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

nº 14.133/2021.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela prática das infrações administrativas previstas na legislação, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.


13.3. A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, motivação e individualização da pena, considerando a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do contratado.

13.4. A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais penalidades, na forma prevista no edital e no contrato.

13.5. A aplicação das penalidades previstas neste item será precedida de regular processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. As penalidades aplicadas serão registradas nos cadastros oficiais competentes, conforme disposto na legislação vigente.

14. INFORMAÇÕES GERAIS

14.1. Informações complementares poderão ser obtidas pelo e-mail:  gerenciaconveniosopo@gmail.com, ou na sede da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/Departamento de Engenharia situado na Avenida Daniel Comboni, nº 1156, Bairro Jardim Tropical, Praça da Liberdade, Ouro Preto do Oeste/RO, de segunda à sexta-feira das 7h30 às 13h30.

14.2. A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer um desses ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

14.3. As normas que disciplinam esta contratação serão interpretadas em conformidade com os princípios da legalidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, observando-se os preceitos constitucionais e legais aplicáveis.

14.4. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução da obra de acordo com as condições previstas neste Projeto Básico e demais documentos da licitação.

14.5. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO


EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

contrato, quando não solucionadas na esfera administrativa, nos termos da legislação aplicável.

À vista das informações constantes nos autos e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, APROVO o presente Projeto Básico e AUTORIZO a abertura do procedimento licitatório correspondente.

Ouro Preto do Oeste, 13 de março de 2026.

Fracnielli Luiza da Silva Malaquias 
Assessor Especial SEMSAU

Juan Alex Testoni 
Prefeito





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE – RO
A/C COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO

REF. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

A EMPRESA _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, (qualificação: nacionalidade, estado civil, CPF, Cargo), em atendimento ao disposto no Edital de Concorrência Eletrônica em epígrafe e seus anexos, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a executar a obra, objeto desta licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

1 – O valor global para execução dos serviços é de: R\$ _____ (_____);

2 – O prazo máximo para o término da execução da obra é de _____ (_____) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviços;

3 – No valor acima, estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com a prestação dos serviços, incluindo tributos, equipamentos, pessoal, materiais, impostos, taxas, manutenção e demais despesas incidentes desta contratação;

4 – A empresa declara a suficiência do valor proposto para a cobertura de todas as despesas que envolvem a presente contratação e declara estar apta, do ponto de vista jurídico, econômico, técnico e operacional, para executar todos os serviços que integram esta proposta;

5 – A presente proposta é válida pelo prazo de _____ (_____) dias, contado a partir da data de sua apresentação.

6 – Os dados da empresa são:

Razão Social: _____

CNPJ nº _____ Inscrição Estadual: _____

ENDEREÇO _____

TELEFONE: _____ CELULAR _____ E-MAIL _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____

BANCO _____ COD. ID. BANCO _____ AGÊNCIA _____ CONTA _____

CHAVE PIX: _____ TIPO DE CHAVE PIX: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente.

[Local e data.]

Assinatura do representante legal da empresa

OBS: ANEXAR JUNTO À PROPOSTA, AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS COM OS QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS, MAIS A COMPOSIÇÃO DETALHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS DE CADA SERVIÇO, BEM COMO O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ANEXO III – DECLARAÇÕES (MODELO UNIFICADO)

LOGOTIPO DA EMPRESA (SE HOUVER)
NOME DA EMPRESA
CNPJ

À
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE – RO
A/C COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO

REF. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que no ano-calendário da realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme o inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

NOTA EXPLICATIVA

Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.

Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Eu,, portador do RG nº e do CPF nº, na condição de representante legal de (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência Eletrônica nº/2026, Processo Administrativo nº/2025, **DECLARO**, para os devidos fins, que realizamos a vistoria no local onde será executada a obra de, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características do local e/ou da obra onde serão executados os serviços, cientes de que o preço a ser proposto pela nossa empresa está de acordo com o projeto básico, suas plantas, seus desenhos, projetos, memoriais e demais complementos que integram o instrumento convocatório.

Declaro, ainda, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

Local e data.

(Nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA

Eu,, portador do RG nº e do CPF nº, na condição de representante legal de (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência Eletrônica nº/2026, Processo Administrativo nº/2026, **DECLARO** para os devidos fins que NÃO realizamos a vistoria técnica prevista no Edital e que, mesmo cientes da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, **optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada e que, ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução da obra de**

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do Edital e seus Anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

Local e data.

(Nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/2026

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS PORTE II NO BAIRRO PARK AMAZONAS, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE DO ESTADO DE RONDONIA, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU**, com sede na Avenida Daniel Comboni, nº 1156 – Bairro Jardim Tropical, no município de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.380.507/0001-79, neste ato representada pelo Assessora Especial Sr^a. **Francielli Luiza Silva Malaquias**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede na, inscrita no CNPJ/MF nº, neste ato representada por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no **Processo nº 0884/SEMSAU/2026**, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos normativos municipais aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente da **Concorrência Pública Eletrônica nº 03/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a **contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS Porte II, no Bairro Park Amazonas, no Município de Ouro Preto do Oeste/RO**, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e demais documentos técnicos que integram o **Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026**.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	TOTAL R\$
01	CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS PORTE II, NO BAIRRO PARK AMAZONAS, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO (CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS ELABORADOS PELO DEPTO. DE DA ENGENHARIA).	SERV.	01	
TOTAL GERAL R\$				

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Projeto básico que embasou a contratação;

1.4.2. O Edital de **Concorrência Eletrônica nº 03/2026**, a proposta e os documentos que acompanham;

1.4.3. A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas; e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.5. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, bem como do Edital e TR prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O presente Contrato tem natureza de contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, vigorando até a conclusão integral da obra, inclusive a execução, o recebimento provisório, o recebimento definitivo, a liquidação, a glosa e o cumprimento de todas as obrigações decorrentes.

2.1.1. Para fins de planejamento, estabelece-se vigência estimada de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados da data de sua assinatura, observado que tal prazo poderá ser ajustado conforme a evolução da execução, sem prejuízo da vigência até a conclusão do objeto, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. O prazo estimado de execução da obra será de **300 (trezentos) dias**, contados da emissão da Ordem de Serviço, devendo observar o Cronograma Físico-Financeiro e podendo ser prorrogado exclusivamente nas hipóteses previstas na legislação, desde que devidamente justificado e formalizado.

Parágrafo único: Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até 5 dias úteis, após o recebimento pela empresa da Ordem de Serviço.

2.2. O prazo de execução poderá ser prorrogado exclusivamente nas hipóteses previstas nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, desde que devidamente instruído com justificativa técnica, comprovação documental do fato ensejador e manifestação da fiscalização e da gestão contratual.

2.2.1. Constituem hipóteses que podem justificar a prorrogação do prazo de execução, entre outras previstas em lei:

I – Superveniência de caso fortuito ou força maior;

II – Eventos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que alterem a normalidade da execução;

III – Impedimentos ou atrasos ocasionados pela Administração ou por terceiros;

IV – Necessidade de alteração qualitativa ou quantitativa do objeto, devidamente formalizada;

V – Fatos supervenientes e comprovados que inviabilizem o cumprimento dos prazos originalmente fixados, desde que não imputáveis ao CONTRATADO.

2.2.2. A prorrogação do prazo de execução não constitui direito subjetivo do CONTRATADO e dependerá de autorização da autoridade competente.

2.3. O término do prazo de vigência inicialmente fixado não extinguirá o contrato, caso o objeto ainda não esteja concluído. Nessa hipótese, a vigência será automaticamente prorrogada, pelo período necessário, até a conclusão integral do escopo contratual, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, sem necessidade de termo aditivo, sem prejuízo da formalização posterior dos ajustes relativos ao prazo de execução.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

2.3.1. A prorrogação automática deverá ser formalmente registrada nos autos mediante apostilamento ou termo próprio, para fins de controle administrativo.

2.3.2. A prorrogação automática da vigência não afasta a apuração de responsabilidade da contratada por eventual atraso injustificado, podendo ensejar aplicação das sanções cabíveis e eventual recomposição do cronograma físico-financeiro.

2.4. Não se aplicam a este contrato as regras previstas nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, próprias de contratos de serviços contínuos.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO estiver penalizado com impedimento de licitar e contratar ou com declaração de inidoneidade, observadas as respectivas abrangências de aplicação.

2.6. Caso haja prorrogação do prazo de execução, esta não ensejará a inclusão de valores referentes a custos não renováveis, aplicando-se, quando necessário, exclusivamente os mecanismos legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS (art 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato e no Decreto nº 16975 de 29 de novembro de 2023.

3.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.3. O fiscal e o gestor do contrato, bem como, os membros da Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras não poderão ter nenhum vínculo com a empresa contratada.

3.4. Fiscalização Técnica (Art. 7º, Decreto Municipal nº 16.975/2023)

a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

b) O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

3.5. Gestor do Contrato (Art. 6º, Decreto Municipal nº 16.975/2023)

a) O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

b) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, a Comissão de Fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

c) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

d) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

e) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

f) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

g) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

h) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

i) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à secretaria demandante para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Poderá ser admitida a subcontratação parcial de serviços especializados, desde que:

I – Seja previamente autorizada pela Administração;

II – Limite-se a parcelas não essenciais do objeto;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

III – Não transfira a responsabilidade integral pela execução da obra;

IV – Não implique fracionamento indevido da responsabilidade técnica.

4.2. A subcontratação não exime a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução do objeto contratual, permanecendo esta como única responsável perante a Administração, inclusive quanto aos serviços executados por subcontratados.

4.3. A subcontratação deverá observar o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. É vedada a subcontratação total do objeto ou a cessão da posição contratual, salvo nas hipóteses expressamente admitidas em lei.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O preço total do Contrato é de R\$ (.....).

5.2. O preço do Contrato contempla todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1.1. O contratado deverá apresentar à Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras, antes da primeira medição, o Cadastro Nacional de Obras (CNO) e a ART/RRT de execução, que deverão ser anexados ao processo.

6.1.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, de forma mensal, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.1.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

6.1.4. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

6.1.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelo fiscal técnico do contrato ou Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 19, I, a, do Decreto Municipal nº 16.975/2023).

6.1.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.1.7. O fiscal técnico do contrato ou a Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

Obras e o gestor do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.1.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.1.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.1.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados. (Art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

6.1.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.1.12. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.1.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.1.15. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 21, Decreto Municipal nº 16.975/2023).

6.1.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.1.17. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.1.18. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.1.19. Enviar a documentação pertinente à secretaria demandante para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

6.1.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.1.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2. Da Liquidação e do Pagamento

6.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução do contrato e) o valor a pagar; f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e g) em caso de convênio, especificar o número do convênio e do contrato, sob pena de rejeição da nota fiscal para correção.

6.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal e gestor do contrato, no valor correspondente àqueles realizados no período de referência, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida no valor da medição e devidamente atestada pela fiscalização e pelo representante da contratada, diretamente na conta corrente de titularidade do CONTRATADO, junto à instituição financeira contratada pelo Município.

6.3.1. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

6.3.2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela/medição, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Projeto Básico, bem ainda no artigo 140, II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 19 a 21, do Decreto nº 16.975/2023.

6.3.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para a **Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU**, junto a Comissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Obras, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Praça da Liberdade, na cidade de Ouro Preto do Oeste-Rondônia, ou para os endereços eletrônicos: gerenciaconveniosopo@gmail.com, saude@ouropretodoeste.ro.gov.br, acompanhada da relação dos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, na forma do art. 50 c/c o art. 121, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 48 do Decreto nº 16975/2023.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

6.4.1. Quando houver empregados diretamente vinculados à execução da obra no canteiro, poderá a fiscalização exigir comprovação de regularidade trabalhista e previdenciária, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Recebidos os documentos mencionados no item 6.4, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;

b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e

c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.5.1. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.5.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

6.5.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação, ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, e no Termo de Referência.

6.6. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal e gestor do contrato.

6.6.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.6.2. deverá ser apresentado na nota fiscal o número da nota de empenho, os dados bancários da empresa e se tratando de convênios deverá ser apresentado o número do convenio na nota sob pena de recusa de mesma pela secretaria.

6.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

6.7.2. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.9. Os pagamentos relativos aos serviços eventualmente subcontratados serão realizados exclusivamente à CONTRATADA, permanecendo vedado pagamento direto a subcontratados.

6.9.1. A subcontratação (se admitida), porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 Os preços contratados serão reajustados **anualmente**, observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da **data de apresentação da proposta**, nos termos dos arts. 92 e 104 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O índice de reajustamento aplicável será o **Índice Nacional da Construção Civil – INCC**, ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, por melhor refletir a variação dos custos do setor de obras e serviços de engenharia.

7.3. O reajuste será calculado mediante fórmula paramétrica, utilizando-se a razão entre o índice do mês do reajuste e o índice correspondente ao mês da data-base, conforme segue:

R = Valor do reajustamento procurado	$R = \frac{Li - Lo}{Lo} \times V$
Li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento.	
Lo = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.	
V = Valor contratual a ser reajustado.	

7.4. O reajuste poderá ser concedido por **apostilamento**, sempre que esta for a única modificação contratual, sem necessidade de termo aditivo.

7.5. No caso de atraso na divulgação do índice ou indisponibilidade temporária de sua apuração, será aplicada a última variação conhecida, procedendo-se posteriormente ao ajuste financeiro devido, tão logo o índice definitivo seja publicado.

7.6. Caso o índice previsto venha a ser extinto ou deixe de ser divulgado, será adotado o índice que vier a substituí-lo por determinação legal ou normativa. Na ausência de previsão legal expressa, as partes elegerão novo índice oficial mediante termo aditivo.

7.7. O pedido de aplicação do reajuste poderá ser formulado pelo CONTRATADO após o transcurso do interregno anual, devendo vir acompanhado da memória de cálculo correspondente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

7.8. Os efeitos financeiros do reajuste retroagirão à data-base contratual correspondente, desde que requerido no prazo de até **60 (sessenta) dias** da data da divulgação do índice aplicável; requerido após esse prazo, produzirá efeitos a partir da data do requerimento, sem alteração do marco anual.

7.9. A extinção do contrato não impedirá o pagamento do reajuste requerido tempestivamente, que será formalizado mediante termo indenizatório específico.

7.10. O reajuste não prejudica o direito das partes à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021, quando configurado fato superveniente que altere a base objetiva da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço executado ou /objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.5. Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do **CONTRATADO**, tais como os descritos no art. 48 da Lei nº 14.133/2021:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo **CONTRATADO**;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do **CONTRATADO**;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

8.1.8.5. demandar a funcionário do **CONTRATADO** a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida do contratante na gestão interna do **CONTRATADO**.

8.1.9. Dar ciência à Procuradoria Jurídica do órgão, com vistas a adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.10. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.11. Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.13. Garantir aos trabalhadores do **CONTRATADO** as mesmas condições sanitárias, de medidas de proteção à saúde e de segurança no trabalho e de instalações adequadas à prestação do serviço, bem como a utilização do refeitório e atendimento médico e ambulatorial prestado em serviço e durante o serviço, desde que assegurados aos seus servidores.

8.1.14. Expedir ofício à Secretaria da Receita Federal, comunicando a assinatura de contrato de prestação de serviços com cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, caso o **CONTRATADO** não comprove o cumprimento da obrigação no prazo fixado no 9.1.35.1 da cláusula nona, na forma do art. 29, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.16. O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

8.1.17. Demais obrigações além dessas, que porventura constem no TR e edital.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O **CONTRATADO** deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.7. Manter a regularidade junto ao SICAF.

9.1.7.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do **CONTRATADO**, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do Contrato.

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Prestar esclarecimentos ou informações solicitados pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.10.1. A contratada deverá apresentar um número de telefone válido fixo ou móvel e e-mail nos documentos de habilitação, para que a secretaria tenha contato no momento da emissão do contrato, e deverá procurar o Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste para efetuar o cadastro no DigProc, para assinatura do contrato administrativo e da ordem de serviço eletronicamente.

9.1.10.2. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo, conforme estabelece o artigo 43 da Portaria interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016.

9.1.11. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.1.16. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

9.1.17.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

9.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.21. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

9.1.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.1.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

9.1.24. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.1.25. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes.

9.1.26. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.1.27. Autorizar o **CONTRATANTE**, no momento da assinatura do Contrato, a fazer o desconto na Nota Fiscal ou Fatura, quando não demonstrar o cumprimento tempestivo e regular das obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS, sem prejuízo das sanções cabíveis, na forma do Decreto nº 16.980/2023.

9.1.28. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

9.1.29. Atender às solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

9.1.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.1.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo o **CONTRATADO** relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.1.32. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

9.1.33. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.34. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.1.36. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.1.36.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal.

9.1.36.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o **CONTRATADO** deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.1.37. Observar o disposto no art. 5º-D da Lei nº 6.019/1974, que determina que o empregado que for demitido não poderá prestar serviços para esta mesma empresa, na qualidade de empregado de empresa prestadora de serviços antes do decurso de dezoito meses, contados a partir da demissão do empregado.

9.1.38. Todos os equipamentos necessários para o funcionamento dos serviços serão de responsabilidade da empresa contratada, não sendo permitido a geração de custos extras para a Contratante.

9.1.39. Caso ocorra mudança de endereço durante a vigência do contrato, todas as despesas de reinstalação serão de responsabilidade da contratada.

9.1.40. Demais obrigações além dessas, que porventura constem no TR e edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% do valor final do contrato.

11.2. O **CONTRATADO** poderá optar pelas seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - Seguro-garantia; e

III - Fiança bancária.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

11.3. Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo CONTRATADO, a garantia assegurará o pagamento de:

11.3.1. multas moratórias, compensatórias e administrativas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

11.3.2. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

11.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante toda a vigência contratual, inclusive em caso de prorrogação automática nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência final do contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, cuja apresentação deve ser anterior à assinatura do Contrato, o CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia, na forma do item 11.2.

11.7. Caso oferecida a modalidade de seguro-garantia, observar-se-ão as seguintes condições:

11.7.1. a apólice permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.7.2. a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

11.7.3. será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste Contrato; e

11.7.4. a apólice somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.3, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. Em caso de oferecimento de títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.9. Caso a opção seja por fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.10. Caso a opção seja por garantia em dinheiro, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, Banco do Brasil 001, agência 1404-4, conta- corrente nº 46523-2, da instituição financeira contratada pelo Município, cujo valor será corrigido monetariamente e restituído ao CONTRATADO, na forma do item 11.16 deste Contrato.

11.11. O CONTRATADO obriga-se a fazer a reposição, a suplementação ou a renovação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado, no caso desta ser executado, total ou parcialmente, ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

o Contrato for prorrogado ou tiver o seu valor alterado, assim como em qualquer outra situação que exija a manutenção da condição disposta no item 11.1 desta cláusula.

11.12. A inobservância do prazo fixado para apresentação, reposição, suplementação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa e/ou outras penalidades, na forma disposta na cláusula décima segunda.

11.12.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, com a aplicação das sanções cabíveis.

11.13. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. No caso de o pagamento das verbas devidas aos empregados vinculados ao Contrato não ocorrer até o fim do segundo mês, após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser executada para o pagamento das verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.13.2. A execução da garantia observará o princípio da proporcionalidade, limitando-se ao montante do prejuízo efetivamente apurado, das multas aplicadas ou das obrigações inadimplidas, conforme o caso.

11.14. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.14.1. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

11.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança, título da dívida pública ou autorização para a liberação da caução em dinheiro, atualizada monetariamente, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.16.1. A garantia somente será liberada ou restituída, caso as seguintes condições sejam observadas:

11.16.1.1. após o recebimento definitivo da obra e a fiel execução do contrato, ou pela sua extinção por culpa exclusiva da Administração, ou quando assim convencionado em caso de extinção consensual, e

11.16.1.2. ante a comprovação de que o CONTRATADO pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.17. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste Contrato.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar
causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra (quando solicitado no edital);

12.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o **valor total do Contrato**;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o **valor total do Contrato**;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o **valor total do Contrato**;

d) multa de 0,5% a 15% incidente sobre o **valor total do Contrato**, caso não comprovado, no prazo estabelecido pela fiscalização, o cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do Contrato, na forma do art. 50 da Lei nº 14.133/2021, em especial quanto ao:

I) registro de ponto;

II) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III) comprovante de depósito do FGTS;

IV) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato; e

VI) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

12.2.2.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2. será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 12.13.

12.2.2.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

12.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

12.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de **10%** do valor do Contrato.

12.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

Lei nº 14.133/2021:

12.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública, do Secretário de Município;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, no Decreto nº 16.980/2023.

12.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2. A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 12.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1. Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do Decreto nº 16.980/2023.

12.11. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

12.11.1. O **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12. O **CONTRATANTE** deverá remeter para SEMAD o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

12.12.1. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1. A nota de débito deverá ser encaminhada ao Setor da Dívida Ativa para inscrição do débito em dívida ativa e, posteriormente para Procuradoria Jurídica para propositura de execução fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações pelos **CONTRATANTES**, sem prejuízo da aplicação das penalidades eventualmente cabíveis, observados os preceitos da Lei nº 14.133/21 e neste Contrato.

13.2. O Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo **CONTRATANTE**, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

13.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

13.4. A extinção contratual prematura deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

13.4.1. A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

13.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, na forma do art. 131, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS dará ensejo à rescisão do Contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que o **CONTRATADO** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção contratual, o gestor do contrato deverá verificar o pagamento pelo **CONTRATADO** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o **CONTRATADO** comprove o disposto no item anterior, o **CONTRATANTE** reterá:

13.9.1. a garantia contratual, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração;

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a irregularidade seja sanada.

13.9.2.1. Caso a irregularidade não seja sanada, o **CONTRATANTE** deverá comunicar à Procuradoria Jurídica, para fins de depósito judicial, perante a Justiça do Trabalho, do valor retido.

13.10. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

13.11. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício, assim classificadas:

Unidade Adm.	Programação	Elem. de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
SEMSAU	10.301.0031.3005.0000	4.4.90.51.00	1.601 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS	505

15.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

15.3. No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Administrativo nº 0884/SEMSAU/2026

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e [no Diário Oficial do Município](#).

17.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021, pela Secretaria demandante ou por quem for designado.

17.2. O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Ouro Preto do Oeste, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Ouro Preto do Oeste, março de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Concorrência Pública	03	18/03/2026

ID: 1533691	Processo	Documento
CRC: 711C3FB4		
Processo: 1-884/2026		
Usuário: Selmo da Costa Simoura		
Criação: 18/03/2026 08:59:21	Finalização: 18/03/2026 09:05:09	

MD5: **9BBFDDC71B840BEAA0210BB5B6D8E425**

SHA256: **96DB8C6D3CD77EC2485E9818C3C41DD6368DED3715CA2DC6483950874CBA524A**

Súmula/Objeto:

Edital de Concorrência Pública - 03/2026.

INTERESSADOS

SEMSAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	OURO PRETO DO OESTE	RO	18/03/2026 08:59:21
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS PORTE II, NO BAIRRO PARK AMAZONAS	18/03/2026 08:59:21
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	18/03/2026 09:08:46
--	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Francielli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	18/03/2026 09:14:05
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1533691 e o CRC 711C3FB4.